



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS ESTRADAS
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO



REFERENTE: PESQUISA DE MERCADO

1.0 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da respectiva solicitação: Contratação de empresa especializada para fornecimento de mobiliário destinado a atender a Secretaria de Educação do Município de Duas Estradas - PB.

2.0 - DA PESQUISA DE MERCADO

2.1 - Com base nos custos para execução do objeto da contratação em tela, obtidos mediante pesquisa de mercado devidamente realizada nos termos da legislação, regulamentos e normas vigentes, relacionamos abaixo o menor preço encontrado.

2.2 - Mês que serviu de base para elaboração da referida pesquisa: Novembro de 2024.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
3	MODULO DE ARMAZENAMENTO BAIXO 2 PORTAS	UND	03	3.828,33	11.484,99
4	MODULO DE ARMAZENAMENTO ALTO 2 PORTAS	UND	03	4.916,66	14.749,98
9	ESTANTE EM AÇO 6 PRATELEIRAS	UND	10	1.533,33	15.333,30
11	ARQUIVO 4 GAVETAS	UND	04	1.706,66	6.826,64
12	MESA EM MDF 1,20 M X 0,75 M	UND	10	1.706,66	17.066,60
14	CONJUNTO INFANTIL COMPOSTO POR 06 MESAS, 06 CADEIRAS E 01 MESA CENTRAL	CONJ	10	6.400,00	64.000,00
23	REFEITORIO COM 8 LUGARES ADULTO	UND	10	7.306,66	73.066,60
24	CONJUNTO REFEITORIO COM TAMPO INJETADO COM 10 CADEIRAS INFANTIL	CONJ	04	6.816,66	27.266,64
26	MÓDULO DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA GELADA	UND	03	10.670,00	32.010,00
27	CADEIRA FIXA COM ESPALDAR BAIXO	UND	40	413,33	16.533,20
28	CADEIRA FIXA SOBRE LONGARINA COM ESPALDAR BAIXO 3 LUGARES	UND	08	2.459,66	19.677,28
29	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR BAIXO	UND	06	1.176,66	7.059,96
					305.075,19

3.0 - DO VALOR

3.1 - O valor total é equivalente a R\$ 305.075,19.

4.0 - DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: Imediato

Conclusão: 01 (um) mês

4.2. A vigência da presente contratação será determinada: 01 (um) mês, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

4.3. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

4.4. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

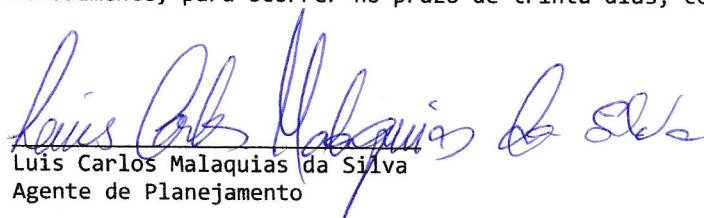
4.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.11. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.12. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.


Luis Carlos Malaquias da Silva
Agente de Planejamento

Duas Estradas - PB, 25 de Novembro de 2024.

